



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1861095 - PR (2020/0026942-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : AMERICO LIMA DO AMARAL
RECORRENTE : CLAUDIO BORBA CORDEIRO
RECORRENTE : DARLEI SILVESTRE BORBA CORDEIRO
RECORRENTE : EDENIR BORBA CORDEIRO
RECORRENTE : MARLENE DOS SANTOS CORDEIRO
RECORRENTE : REGINALDO BORBA CORDEIRO
RECORRENTE : VALDETE CRISTIANE CORDEIRO DO AMARAL
RECORRENTE : FERNANDA LOPES NASCIMENTO CORDEIRO
ADVOGADOS : IVORLI FRANCISCO TIBES DA SILVA - PR010490
ADRIANE TURIN DOS SANTOS - PR017952
RECORRIDO : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826
RECORRIDO : E K ROSVADOSKI & CIA LTDA
OUTRO NOME : SUPERMERCADO MERCANTIBA LTDA
ADVOGADOS : ADAM PRUDENCIANO DE SOUZA - PR057633
JERIEL DOS PASSOS - PR056865
CARLOS EDUARDO IARSCHESKI - PR083867

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. FALECIMENTO DA VÍTIMA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DANOS MORAIS. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ARBITRAMENTO. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. EVENTO DANOSO. PARÂMETRO DO PENSIONAMENTO MENSAL. REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELA VÍTIMA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais em razão de acidente de trânsito que causou o falecimento da vítima.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a

prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.

4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.

7. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

8. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.

9. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ).

10. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento (Súmula 362/STJ).

11. A pensão deve ser arbitrada com base na remuneração percebida pela vítima à época do acidente e, somente quando não houver comprovação da sua atividade laboral, será fixada em um salário mínimo. Precedentes.

12. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por AMERICO LIMA DO AMARAL e OUTROS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 26/03/2019.

Concluso ao gabinete em: 11/02/2020.

Ação: indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada por CATARINA FISTER CORDEIRO (falecida e substituída pelos herdeiros e respectivos cônjuges) e REGINALDO BORBA CORDEIRO, em face de SUPERMERCADO MERCANTIBA LTDA, em razão de acidente de trânsito que causou o falecimento do pai e esposo dos autores e ferimentos na autora, com denúncia à lide de HDI SEGUROS S.A.

Sentença: julgou procedentes os pedidos, para condenar, solidariamente, os recorridos, a seguradora nos limites da apólice (os valores das coberturas securitárias deverão ser corrigidos desde a contratação, com juros de mora desde a citação da denunciada, ante à sua resistência), ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R\$ 80.000,00 para

cada um dos autores, bem como de R\$ 80.000,00 pelos danos morais sofridos pela autora, com juros de mora a partir desta data; ao pagamento de reparação por danos estéticos no valor de R\$ 20.000,00 em favor da autora, com juros de mora a partir desta data; ao pagamento de reparação por danos emergentes em favor da autora, correspondentes a consultas médicas e sessões de fisioterapia e outros tratamentos, até a autora ter o máximo possível de mobilidade e saúde mental; ao pagamento de pensão em favor do autor, no valor correspondente a metade de 7 e meio salários mínimos a partir da data do falecimento de seu genitor até ele completar 24 anos de idade; ao pagamento de pensão em favor da autora no valor corresponde a metade de 7 e meio salários mínimos desde o falecimento de seu cônjuge até a data que cessar o pensionamento do autor, e de 7 e meio salários mínimos após essa data até a data em que a vítima completaria 65 anos (28/10/2008), com juros de mora a partir da citação; ao pagamento de pensão em favor da autora no valor de 7 e meio salários mínimos a partir de 29/10/2008 para fins de sua manutenção; a proceder a constituição de capital para fins de garantir o pagamento do pensionamento vitalício; ao ressarcimento das despesas constante de recibos, em favor da autora; ao pagamento do conserto do veículo, no montante do orçamento.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pelo supermercado recorrido para fixar o valor inicial da pensão mensal em R\$ 906,02, a ser atualizada com base no reajuste da categoria profissional da vítima, para reduzir a compensação por danos morais para R\$ 50.000 para cada autor, bem como para R\$ 50.000,00 para a autora; deu parcial provimento à apelação dos recorrentes, para que os juros de mora sobre as compensações por danos morais e estético incidam a partir do evento danoso em 07/04/2001; negou provimento à apelação da seguradora recorrida.

Embargos de Declaração: opostos pelos recorrentes, foram acolhidos em parte, e, opostos pela seguradora recorrida, acolhidos integralmente, para manter a incidência de juros de mora sobre os valores de cobertura da apólice de seguro desde a citação da seguradora.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 7º, 9º, 10, 489, §1º, III, 1.022, II, 1.023, §2º, do CPC/15, 219 do CPC/73 e 186, 397, 398, 405, 953 e 944 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de

prestação jurisdicional, sustentam que: i) é imprescindível a prévia intimação da parte contrária para a concessão de efeito modificativo aos embargos de declaração; ii) a diminuição do valor da compensação por danos morais não observou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, devendo ser majorado; iii) para fins de atualização de condenação referente a danos morais, o termo inicial da correção monetária dever ser a data em que o valor tenha sido fixado (pela sentença ou acórdão) e os juros de mora a partir da citação válida; iv) em se tratando de indenização por ato ilícito, não é proibida a vinculação ao salário mínimo; v) o termo inicial do pagamento da pensão mensal é a data do evento danoso.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da negativa de prestação jurisdicional

O TJ/PR foi claro ao concluir que: i) a empresa recorrida deve responder pelos danos causados às vítimas no acidente de trânsito; ii) os valores fixados a título de compensação por danos morais e por danos estéticos, com redução dos primeiros em sede de apelação, encontram-se adequados à hipótese; iii) a correção monetária da compensação por danos morais incide a partir do julgamento do acórdão, por ter sido alterado seu valor, com juros de mora a partir do evento danoso; iv) no tocante à pensão mensal, o parâmetro do salário mínimo somente incide nas hipóteses em que não houver prova do rendimento efetivo da vítima, o que não é a hipótese dos autos; v) o termo inicial do pagamento da pensão deve ser o mês seguinte ao do acidente, para evitar que haja cumulação do salário com a pensão no mês do falecimento; vi) é devida a incidência de juros de mora sobre as coberturas da apólice a partir da citação da seguradora.

Dessa maneira, no acórdão recorrido não há omissão, contradição, obscuridade ou erro material. Ademais, foram devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à

sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte (AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018). Além disso, inexistente afronta ao art. 489 do CPC/15 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica (AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/2/2018; e AgInt no REsp 1.683.290/RO, 3ª Turma, DJe de 23/2/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 7º, 9º, 10 e 1.023, §2º, do CPC/15, indicados como violados, não tendo os recorrentes opostos embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do pedido de revisão do valor da compensação por danos morais

Verifica-se que a compensação por danos morais foi fixada na sentença em R\$ 80.000,00 para cada autor, pelo falecimento do esposo e pai, e R\$ 80.000,00 para a autora, pelos ferimentos causados a ela, e reduzida em 2º grau de jurisdição para R\$ 50.000,00 para cada autor e R\$ 50.000,00 para a autora. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo, porquanto se trata de acidente de trânsito que causou o falecimento do esposo e pai dos autores e ferimentos na autora.

- Da existência de fundamento não impugnado

Os recorrentes não impugnaram o fundamento utilizado pelo TJ/PR

para decidir acerca do termo inicial do pagamento da pensão mensal, no sentido de que deve ser o mês seguinte ao do acidente, para evitar que haja cumulação do salário com a pensão no mês do falecimento.

Razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, §1º, do CPC/2015, e 255, § 1º, do RISTJ.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (revisão do valor arbitrado a título de compensação por danos morais), impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

- Da Súmula 568/STJ

Ao decidir sobre o termo inicial da correção monetária e dos juros de mora incidentes sobre a compensação por danos morais, o TJ/PR aplicou corretamente a jurisprudência do STJ no sentido de que: i) os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual (Súmula 54/STJ); e ii) a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento (Súmula 362/STJ).

Além disso, no tocante à base de cálculo para arbitramento da pensão mensal, o acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que a pensão deve ser arbitrada com base na remuneração percebida pela vítima à época do acidente e, somente quando não houver comprovação da sua atividade laboral, será fixada em um salário mínimo (AgInt no AREsp 1.369.233/MS, 3ª Turma, DJe de 13/03/2019; e AgInt no REsp 1.387.544/AL, 4ª Turma, DJe de 19/5/2017).

Logo, nesses pontos, o recurso especial não merece provimento, com base na Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, a , do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem em desfavor dos recorrentes.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora